

INTRODUÇÃO.....	29
-----------------	----

Capítulo 1

A BUSCA POR UM MODELO OBJETIVO DO DIREITO PROBATÓRIO.....	35
1.1. Aspectos introdutórios.....	35
1.2. O conceito de prova e a necessária reflexão sobre a valoração probatória.....	36
1.3. A persuasão do juiz como elemento central do direito probatório.....	39
1.4. Noções introdutórias sobre o modelo objetivo ou racional do direito probatório.....	43
1.4.1. Características de um modelo de objetividade crítica no direito probatório.....	47
1.5. Papel da verdade no direito probatório: a função teleológica.....	52
1.6. Modelo objetivo do direito probatório e os standards probatórios.....	61

Capítulo 2

STANDARDS PROBATÓRIOS.....	63
2.1. Conceito de <i>standard</i> probatório.....	63
2.2. A adequada inserção dos standards probatórios no procedimento probatório.....	65
2.2.1. <i>Standards</i> de prova e ônus da prova.....	66
2.2.2. Valoração da prova e <i>standard</i> de prova.....	67
2.3. A segurança jurídica e as funções dos <i>standards</i> probatórios.....	70
2.3.1. Elementos essenciais da segurança jurídica.....	70
2.3.2. Funções dos <i>standards</i> de prova.....	72
2.4. Natureza jurídica do <i>standard</i> probatório.....	74
2.4.1. O momento da decisão sobre os <i>standards</i> a serem exigidos no processo.....	76
2.5. A quem cabe definir os <i>standards</i> em cada ordenamento jurídico.....	76
2.5.1. Convenções processuais sobre <i>standards</i> de prova.....	78
2.5.1.1. Premissas para a compreensão do tema.....	78

2.5.1.2.	Sobre a admissibilidade do negócio processual sobre o <i>standard</i> de prova.....	80
2.5.1.3.	Requisitos e limites para a convenção sobre o ônus da prova.....	84
2.6.	A epistemologia e a sua função na fixação dos <i>standards</i> probatórios.....	90
2.6.1.	Os <i>standards</i> probatórios auxiliam no processo decisório e podem ser fixados de forma objetiva? Uma análise crítica da doutrina	93
2.6.2.	Os <i>standards</i> probatórios e a alteração dos julgamentos: a sua atuação na dinâmica dos julgamentos dos fatos.....	97
2.6.3.	Critérios metodológicos	100
2.6.3.1.	Probabilismo bayesiano	101
2.6.3.1.1.	Problemas do probabilismo bayesiano e a sua utilização no direito probatório	107
2.6.3.2.	O probabilismo indutivo	111
2.6.3.3.	Inferência para melhor explicação	116
2.6.3.3.1.	A abdução como parte do método argumentativo da inferência para melhor explicação.....	116
2.6.3.3.2.	Modo de operacionalização da inferência para melhor explicação.....	119
2.6.3.3.3.	A inferência para melhor explicação e o raciocínio utilizado no direito probatório.....	123
2.6.3.4.	A epistemologia e a definição dos standards: a utilização do holismo articulado.....	130
2.7.	Critérios para a fixação dos <i>standards</i> probatórios: para além do papel da epistemologia.....	133
2.7.1.	O risco de erro e a fixação dos <i>standards</i> probatórios.....	133
2.7.1.1.	A variação do <i>standard</i> probatório no mesmo processo	138
2.7.2.	Desequilíbrio estrutural na relação entre as partes e variação dos <i>standards</i> probatórios: uma análise crítica dessa relação	141
2.7.3.	A variabilidade casuística dos <i>standards</i> probatórios e a incompatibilidade com a segurança jurídica.....	144
2.7.4.	As dificuldades probatórias e a incompatibilidade da redução da suficiência probatória como instrumento de solução do problema.....	148
2.7.4.1.	Notas críticas à teoria da adequação do módulo da prova.....	152
2.7.5.	A incidência de outras regras que distribuem o risco de erro.....	153
2.7.6.	Outros critérios para a fixação dos <i>standards</i> : um diálogo com Humberto Ávila	154
2.7.7.	Critérios para a distribuição dos <i>standards</i> probatórios em um dado ordenamento jurídico	156
2.8.	Conclusões parciais	160

Capítulo 3

STANDARDS PROBATÓRIOS NO DIREITO COMPARADO	163
3.1. Introdução	163
3.2. <i>Standards</i> probatórios no <i>common law</i>	164
3.2.1. <i>Standards</i> probatórios nos Estados Unidos da América.....	165
3.2.1.1. <i>Beyond any reasonable doubt</i> : o <i>standard</i> probatório para a sentença penal condenatória.....	167
3.2.1.1.1. <i>Standard</i> da defesa “afirmativa”.....	173
3.2.1.2. <i>Preponderance of evidence</i> : o <i>standard</i> probatório dos casos cíveis	174
3.2.1.3. <i>Clear and convincing evidence</i> : o <i>standard</i> probatório intermediário	177
3.2.2. <i>Standards</i> probatórios na Inglaterra	181
3.2.2.1. <i>Sure</i> : a suposta evolução do <i>standard beyond any reasonable doubt</i>	182
3.2.2.2. <i>Balancing of probabilities</i> : o <i>standard</i> probatório nos casos cíveis e sua (in)variabilidade a depender da situação concreta.....	186
3.2.3. Análise comparativa entre a Inglaterra e os EUA	190
3.3. <i>Standards</i> de prova no <i>civil law</i>	191
3.3.1. Direito italiano	191
3.3.1.1. <i>Al di la’ di ogni ragionevole dubbio</i> : do desenvolvimento jurisprudencial à consagração legislativa.....	191
3.3.1.1.1. Causas da exclusão da pena e a atuação da defesa	197
3.3.1.2. <i>Standard</i> aplicável aos casos cíveis: entre a doutrina e a jurisprudência.....	198
3.3.2. <i>Standards</i> de prova no Chile e a positivação do <i>standard más allá de toda duda razonable</i> em busca de maior objetividade.....	200
3.3.3. O direito colombiano e a positivação do <i>standard “más allá de toda duda razonable”</i>	205
3.3.4. A Espanha e a experiência do Tribunal Constitucional e do Tribunal Supremo no desenvolvimento dos <i>standards</i> probatórios	209
3.3.4.1. Os encargos probatórios do acusado.....	212
3.3.4.2. A ausência de um <i>standard</i> probatório fixo nos casos cíveis.....	213
3.3.5. Análise comparativa dos <i>standards</i> probatórios no <i>civil law</i>	215
3.4. <i>Standards</i> de prova entre o <i>common law</i> e o <i>civil law</i> : lições para o direito brasileiro	217

Capítulo 4

REVISITANDO OS STANDARDS PROBATÓRIOS CLÁSSICOS – UMA PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO OBJETIVA	221
4.1. Aspectos introdutórios	221
4.2. Reflexões sobre a prova além de toda dúvida razoável e sua atuação como <i>standard</i> probatório	223
4.2.1. Críticas ao <i>standard</i> de prova além de toda dúvida razoável	224
4.2.2. Sugestões de <i>standards</i> probatórios alternativos	227
4.2.3. O <i>standard</i> de prova acima de qualquer dúvida razoável e sua (in)compatibilidade com um modelo racional do direito probatório	230
4.2.4. Uma proposta de construção de um <i>standard</i> probatório alternativo à exigência de prova acima de toda dúvida razoável.....	232
4.3. Forma de definição do <i>standard</i> de menor exigência: revisitando a prevalência da prova	234
4.4. Desenvolvimento do <i>standard</i> probatório intermediário – por uma reformulação da prova clara e convincente	238
4.5. Análise comparativa dos <i>standards</i> probatórios.....	241

Capítulo 5

STANDARDS PROBATÓRIOS NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO	243
5.1. Introdução: uma visão geral da sistematização dos <i>standards</i> probatórios no direito brasileiro	243
5.2. Ordenamento jurídico brasileiro, distribuição dos riscos e <i>standards</i> probatórios.....	248
5.2.1. Desenvolvimento dos <i>standards</i> probatórios da sentença penal condenatória.....	249
5.2.2. Sentença penal condenatória e os <i>standards</i> probatórios na jurisprudência	249
5.2.2.1. A situação no STF.....	250
5.2.2.2. A situação no STJ.....	254
5.2.2.3. A situação no TSE	255
5.2.2.4. Conclusões	255
5.2.3. Presunção de inocência.....	257
5.2.4. O sistema de comunicação entre a coisa julgada penal e a cível.....	262
5.2.5. A exigência de um <i>standard</i> probatório rigoroso para a sentença penal condenatória	265
5.2.6. Proposta de sistematização dos <i>standards</i> probatórios para a prolação da sentença penal condenatória à luz do ordenamento jurídico brasileiro	267
5.2.6.1. As críticas à fixação de mais de um <i>standard</i> probatório: um diálogo com Luís Felipe Kircher	272

5.2.6.2.	Ausência de estabilização da demanda no processo penal e o funcionamento dos standards probatórios.....	273
5.2.7.	<i>Standards</i> de prova e a absolvição do réu: uma análise dos eventuais encargos probatórios da defesa no processo penal	277
5.2.8.	<i>Standard</i> probatório e absolvição sumária	280
5.3.	Situações de direito material que se enquadram na <i>standard</i> probatório da alta probabilidade	282
5.3.1.	Processos judiciais punitivos não penais: uma visão geral da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Anticorrupção	282
5.3.1.1.	<i>Standard</i> probatório a ser exigido nos processos judiciais punitivos não penais	284
5.3.2.	Internação compulsória	287
5.3.3.	Cassação do mandato e direito sancionador eleitoral	289
5.3.4.	Direito ambiental, princípio da precaução e <i>standards</i> probatórios	293
5.3.4.1.	O direito processual ambiental e a influência do princípio da precaução no direito probatório	297
5.4.	Casos de aplicação do <i>standard</i> da preponderância da prova	298
5.4.1.	A presunção de legitimidade e o <i>standard</i> de prova nas ações que envolvem a administração pública	300
5.4.2.	Cabimento da prisão civil e a suficiência probatória	302
5.4.3.	Há um <i>standard</i> mais elevado na expressão direito líquido e certo do mandado de segurança?.....	303
5.4.4.	O direito previdenciário e a fixação do <i>standard</i> probatório.....	305
5.5.	<i>Standards</i> probatórios e decisões fundadas em cognição sumária.....	307
5.5.1.	<i>Standard</i> probatório nas decisões penais fundadas em cognição sumária	308
5.5.1.1.	Decisão de recebimento da denúncia, queixa e a pronúncia	310
5.5.1.2.	Decisões cautelares penais.....	314
5.5.1.2.1.	Cautelares probatórias.....	314
5.5.1.2.2.	Cautelares patrimoniais	316
5.5.1.2.3.	Cautelares pessoais	318
5.5.2.	Tutela provisória e <i>standards</i> probatórios: noções gerais.....	323
5.5.2.1.	Probabilidade do direito na tutela de urgência	323
5.5.2.2.	Probabilidade do direito na tutela de evidência	327
5.5.2.3.	Constatação da urgência e suficiência probatória.....	331
5.5.2.3.1.	A possibilidade de compensação entre a urgência e a probabilidade do direito	333
	CONCLUSÃO	335
	REFERÊNCIAS	337